Aula 4

A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

META

Analisar a Revolução Industrial como acontecimento que contribuiu de forma decisiva para o desenvolvimento da humanidade

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

Destacar o progresso técnico e científico como condicionantes do desenvolvimento do poder produtivo das sociedades humanas.

Analisar fatores que foram importantes para o desenvolvimento da indústria, bem como das mudanças sociais que provocaram.

Indicar fontes de referência para o estudo da relação entre o desenvolvimento industrial e o modo de produção capitalista.

Lenalda Andrade Santos

INTRODUÇÃO

"A técnica empregada por todos os povos, seja rudimentar ou elaborada, molda suas civilizações. Tem-se aí um fator básico para a explicação da História, talvez o de mais significado, pois ela condiciona os modos de produção e esses são o elemento fundamental do processo produtivo. Se indústria é o preparo produtivo da matéria-prima para seu uso, sempre houve atividade industrial. Ela aparecia de forma tosca, sendo aos poucos transformada, graças às experiências, ao desafio das necessidades e à evolução científica. Do primeiro uso das plantas, dos animais, dos recursos do solo, às formas requintadas do labor industrial de nossos dias muitos milênios se passaram. Para a obtenção de energia, impôs-se primeiro o uso da água, do vento, da força dos animais e do próprio homem. O uso de outros fatores energéticos, como o vapor, a eletricidade, o petróleo, a potência nuclear só se faria na Idade Moderna, sobretudo na Contemporânea. Ao longo de quase todo o evolver histórico a humanidade teve de contar apenas com a natureza insuficientemente aproveitada e consigo mesma. Tem-se, pois, que a visão e a prática da indústria em sentido racional e econômico são realidades dos nossos dias.

Entretanto, sempre se usou de qualquer peça para auxílio, diminuição de esforço. (...). Já na Pré-História há inovações. Os próprios nomes dos períodos recordam elementos técnicos, como pedra lascada, pedra polida, cobre, ferro e bronze. Como se vê, a técnica tem raízes milenares. Na história da indústria deve-se considerar a fase do artesanato, a da manufatura e a industrial propriamente dita. A primeira é mais rudimentar, produz em pequena escala, para atender as exigências de povos reduzidos, vivendo em pequenas tribos. (...). Passa-se à manufatura, que é estádio de certa complexidade, já com produção mais ampla e diversificada, em fábricas de dimensões reduzidas. Depois é que se chega à indústria no conceito moderno, com o uso de utensílios e máquinas que de algum modo substituem o trabalho pesado do homem. As fábricas crescem, aumentam o pessoal a princípio, reduzindo-se e reduzindo-o depois, na fase de automação, para desenvolvimento e racionalidade agora e em futuro próximo.

Essa passagem é imemorial e não pode ser datada – como é geral na história econômica, na qual é difícil localizar nomes e datas: em todas as civilizações antigas conhecidas há esse apelo a utensílios e máquinas, ainda que simples. Elas ajudam o trabalho humano, mas não o substituem. Em perspectiva histórica, deve-se considerar como indústria todo esse esforço, do mais simples ao mais elaborado. Artesanato e manufatura, com pequena e média produção, com forma singela ou sofisticada, tudo é indústria, se esta é elaboração de matéria-prima para conveniente uso. Não se pode dizer que ela começa com o uso sistemático do vapor, como se dá na segunda metade do século XVIII (...).

Convencionou-se dizer que a Revolução Industrial se verificou na segunda metade do século XVIII, na Grã-Bretanha – sobretudo na Inglaterra -, com os aperfeiçoamentos da máquina a vapor, que asseguram novo elemento energético, superior à força da água, do vento, dos animais e do homem, manifestando-se sobretudo na produção têxtil e metalúrgica. É a passagem do sistema doméstico para o de fábrica. Tem-se questionado, com procedência, o conceito de Revolução Industrial. Há quem prefira ver aí, como Ashley, uma "rápida e irresistível evolução". O certo é que, se antes havia máquinas, contavam sobretudo as ferramentas ou utensílios, que ajudavam o trabalho, mas não o substituíam. A ferramenta usa a força humana auxiliando-a; a máquina usa a força da natureza – do vento, da água, do vapor, ou do homem ou dos animais. (...). Com a Revolução Industrial assistir-se-ia à passagem da manufatura à maquinofatura, pois aí a máquina passa a reinar soberana.(...)

Talvez nenhum outro elemento seja tão importante para entender-se a linha evolutiva. Notadamente em nosso século, quando a técnica tem avanço vertiginoso. Hoje não se pode concebê-la dissociada da ciência: insistindo na ideia, por sua fecundidade, o homem antigo fazia descobrimentos – observava o existente ao redor e, empiricamente, melhorava a qualidade dos objetos; o homem parte de princípios fixados pelo estudo e, de acordo com um plano, faz pesquisa e chega a inventos. Observação e aprimoramento levam a descobertas; pesquisa, partindo de pressupostos científicos, leva a inventos, como ensinou o sociólogo alemão Karl Mannheim, autor da distinção. A roda, o vapor e a máquina simples são descobrimentos; a lâmpada, o transistor, o computador são inventos.

Em outra parte se procurará mostrar por que é na Inglaterra e na segunda metade do século XVIII que esse fenômeno do industrialismo começa a verificar-se, acentuando-se depois e passando para o continente europeu, e, com o tempo, para todo o mundo. Por ora, deseja-se lembrar que não é fácil estabelecer conceito unívoco da Revolução Industrial. O frequente e convencional – aqui seguido – localiza-a na Inglaterra na segunda metade do século XVIII. (...).

Há ainda estudiosos que não se contentam em falar em Revolução Industrial, como a vista neste volume: e falam na Segunda Revolução Industrial, no século XIX, com o petróleo, a eletricidade e os avanços da química; falam ainda na terceira, em processo em nosso tempo, com o uso da energia atômica e a automação. É o gosto de periodizar, dividir muito, às vezes antes um agente de complicação que de facilidade. (...).

Por último, breve palavra sobre o uso da expressão Revolução Industrial. Quem a teria criado? A matéria é discutida e não encontrou consenso. Se aparece ocasionalmente no século XVIII, pertence na verdade ao seguinte. Adam Smith (1723/1790), que escreveu no cenário e na época em que o industrialismo começava, se captou alguns de seus sinais, não denunciou do período nem o batizou; entretanto, ele era uma de suas expressões e

agentes, com a publicação de *A Riqueza das Nações*, em 1776. O mesmo se pode dizer dos economistas britânicos que o seguiram no Oitocentos. O conceito começou a ser usado com frequência nesse século, portanto". (Iglésias, 1984, p. 7/19).

O carvão existente no subsolo da Inglaterra favoreceu o crescimento da indústria (*Grandes Personagens da História Universal*, vol. IV, 1972, p. 858).

MÁQUINAS E FUMAÇA. A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL NA INGLATERRA

"Se a França fornece o modelo típico para as transformações políticas da Europa moderna, a Inglaterra fornece o modelo de sua transformação econômica.

Nos inícios do século XVIII, os tecidos de lã – principal manufatura inglesa, apreciada em toda a Europa – eram de fabricação caseira. O artesão comprava a matéria-prima e, com o auxílio dos filhos ou – muito raramente – de um operário assalariado, procedia à fiação e tecelagem no seu próprio tear. Por fim, vendia o produto ao comerciante. Muitas vezes, além de tecelão, era também lavrador e criador de gado.

A produção caracterizava-se por ser caseira, artesanal e descentralizada, subdividida em centenas de milhares de pequenas unidades produtoras.

Não havia nada que se assemelhasse a uma fábrica moderna. Uma oficina artesanal – marcenaria, por exemplo -, na cidade de Londres, que reunisse dez assalariados, podia ser considerada enorme. Os únicos lugares onde se concentrava mão-de-obra eram certas "manufaturas reais" na França e as minas de carvão (França e Inglaterra), de prata (Boêmia e Saxônia) e de alguns outros minérios.

Esse quadro da produção modificou-se principalmente devido a três fenômenos: o acúmulo de capitais, originados da revolução comercial,

o êxodo das populações rurais para a cidade, em parte consequência da revolução agrária, e a invenção dos teares mecânicos.

Os monopólios de comércio, concedidos por Henrique VIII e Elizabeth I, e a política de Cromwell haviam transformado a Inglaterra numa grande potência marítima. Por volta de 1760, ela superou até mesmo a república holandesa no volume de comércio internacional. As companhias mercantis traziam especiarias da Índia, vendiam tecido inglês à Europa, escravos à América, acumulando enormes lucros.

Ao mesmo tempo em que a grande frota mercantil singrava os mares, duas transformações ocorriam no campo inglês. Por um lado, a introdução de avançadas técnicas agrícolas na semeadura, adubagem e aradura aumentava a produtividade, empregando mão-de-obra cada vez mais reduzida. Por outro, os mercadores adquiriam lã em quantidades sempre crescentes. Desde os tempos medievais, os pequenos lavradores ingleses faziam uso dos pastos comunais. Mas estes começaram a ser "fechados" pela nobreza da terra, quando a criação de ovelhas passou a ser um negócio bastante lucrativo. E não demorou para que os camponeses fossem expulsos das áreas de cultivo, também transformadas em pastos.

O processo de "despejo rural" teve início na época de Elizabeth I, mas no século XVIII a revolução agrícola, associada à sistemática e acelerada expropriação das terras, produziu um êxodo rural gigantesco. Cidades como Londres e Edimburgo viram-se transformadas num formigueiro de mendigos, prostitutas, ladrões e camponeses desesperados, que viviam de pequenos expedientes. A população rural, marginalizada da atividade produtiva, transformou-se numa reserva de mão-de-obra desempregada.

O terceiro fator de modificação foi o progresso técnico. Em 1733, John Kay inventou a lançadeira volante de tecelagem. Em 1764, James Watt criou a primeira máquina a vapor realmente eficiente. Entre 1767 e 1800, desenvolveram-se as máquinas de fiar. Depois, os teares foram associados à máquina a vapor (que, aliás, foi substituindo todos os tipos de força motriz antes empregados).

A introdução de máquinas que aceleravam a produção fez com que os capitais acumulados no comércio se interessassem por ela. E a mão-de-obra barata encontrava-se na massa de desempregados dispostos a aceitar qualquer trabalho mediante um pagamento mínimo.

A concentração e racionalização dos fatores de produção em fábricas causou uma gigantesca expansão produtiva. Em 1780, a Inglaterra exportou tecidos no valor de 360 000 libras esterlinas. Em 1792, a cifra alcançou 2 A revolução no processo produtivo não se limitou à fabricação de tecidos. Invadiu a metalurgia, a indústria química e a do carvão.

Assim, no mesmo período em que a França se modernizava, política, social e juridicamente, na Inglaterra eram lançadas as bases da moderna técnica de produção, que caracteriza as sociedades industriais.

Concomitantemente, lá também começava a aflorar, pela primeira vez, um dos conflitos típicos do mundo moderno, que acompanharia todo o processo de industrialização europeia. O operariado industrial – estrato recém-surgido – não dispunha de quaisquer direitos, nem mesmo o de associar-se para barganhar o preço do seu trabalho.

Tanto na Inglaterra como na França revolucionária, os sindicatos eram proibidos. A luta pela legalização das *trades unions* na Inglaterra, das "bolsas de trabalho" na França e dos sindicatos na Alemanha e Itália, seria um dos capítulos mais violentos da história do século XIX". (*Grandes personagens da história universal*. P. 777/779).

TRABALHO E ECONOMIA FAMILIAR

"Com ou sem patrimônio, a família constitui um sistema econômico de gestão que, ao contrário de ter sido abolido, foi utilizado e reforçado pela Revolução Industrial, marcada por uma grande diversidade de ritmos próprios. (...).

No meio rural, a casa é a unidade econômica de base. A família e a terra se confundem, e suas necessidades se impõem a seus integrantes. (...) mesmo em formas mais brandas do sistema patrimonial, a família constitui uma empresa, a casa forma um espaço de trabalho, e os respectivos papéisdos pais e filhos, dos jovens e velhos, dos homens e mulheres são rigorosamente estabelecidos numa complementaridade, a qual, aliás, não deve ser considerada totalmente harmoniosa, por vezes sofrendo alterações devido a fluxos migratórios.

A proto-industrialização apostou fortemente na célula familiar, onde se entrelaçam a empresa e o domicílio. Nos tecelões encontra-se o melhor exemplo de economia industrial doméstica, de divisão sexual do trabalho e de endogamia, formando um sistema muito resistente à fábrica que, apesar de sua extrema pobreza, será objeto de nostalgia para muitas pessoas. (...).

A pequena empresa familiar – loja ou oficina – mantém sua tenacidade na França, ao mesmo tempo frágil perante as falências – desonra familiar – e renascendo constantemente. O sistema de empreita se prende aos ramos das indústrias pesadas. Uma ambição obstinada é a de montar seu próprio negócio, e a unificação entre o domicílio e o local de trabalho constitui um ideal, num país onde os operários demoram muito tempo para aceitar o uso da marmita – é indispensável, ao menos, que as mulheres levem a refeição bem quente ao meio-dia – e erguem barricadas quando se vêm impedidos de ir almoçar em casa, devido à redução deliberada do horário de intervalo. (...).

A industrialização foi obrigada a levar isso em consideração. A fábrica de fiação mecânica se instala na aldeia, o mais próximo possível das

fontes de mão-de-obra, utilizando e remunerando a equipe familiar como um todo – o pai, auxiliado pela mulher e inspecionando os filhos. Assim, os problemas de disciplina estão prontamente resolvidos". (Perrot, 1991, p. 108/109).

CONDICIONAMENTO DA MUDANÇA

"A Revolução Industrial na segunda metade do século XVIII na Inglaterra não foi acontecimento casual. Ela se verificou então e aí e só poderia ter lugar aí, pois os outros países não estavam preparados. Há fortes razões para o pioneirismo inglês, vivendo no século XVIII o que os outros só conheceriam no século XIX ou no atual ou ainda não conheceram. Muitos fatores contribuíram: a Inglaterra tinha unidade política que a Europa não atingira, pois foi a primeira a superar em parte o atomismo do regime feudal (o caso português não conta, pelas condições do país). Tinha organização desde o século XIII, quando em 1215 barões e cavaleiros impõem a *Magna Carta* a João Sem Terra (1167-1216), para coibir abusos e garantia das liberdades públicas. O feudalismo afrouxa-se com a Guerra dos Cem Anos, entre a Inglaterra e a França, que se alonga de 1337 a 1453 (na verdade 116 anos), sobretudo depois da Guerra das Duas Rosas (1455-85), quando Henrique VII (1457-1509) inaugura a dinastia Tudor, fortalecendo a realeza. Curiosamente, durante a guerra, em 1385, Ricardo II (1367-1400) determina que produtos ingleses só se transportem em navios ingleses – medida precursora da lei de navegação de 1651. Sua política é flexível, e, ao lado dos direitos da nobreza, vai lentamente ganhando força a burguesia, surgida do comércio. As corporações não têm a mesma presença que nos demais Estados.

As grandes mudanças verificadas preparam o terreno para o industrialismo, impondo-o antes que em qualquer outra parte. São alterações em produtividade em três setores, convencionalmente chamadas Revoluções: Comercial, Agrária e Intelectual. Subverte-se a ordem antiga e prepara-se a área para o novo, propiciador de outra Revolução – a Industrial (...).

a) Revolução Comercial. O comércio, estagnado grande parte da Idade Média, começa a renascer com as Cruzadas. Seu impulso se dá nos séculos XV e XVI, com os descobrimentos, realizados sobretudo por portugueses e espanhóis. Ante o êxito desses povos, outros, como holandeses, franceses, ingleses se empenham na aventura. Amplia-se o horizonte geográfico, o mundo deixa de concentrar-se em torno do Mar Mediterrâneo e os Oceanos Atlântico, Pacífico e Índico passam a ser percorridos. É um momento importante da história, valorizador do século XVI. Com os viajantes novos povos e terras são conhecidos. Produtos até então ignorados são descobertos e integram a pauta de consumo do europeu. Outros, já vistos e sabidos, têm o uso aumentado. O europeu vai buscar especiarias, sedas, metais e

outros artigos ainda não de seu conhecimento, intensificando o comércio. Os europeus exploram os povos que revelam, obtendo preciosidades em troca de quase nada ou do simples saque. Por sua vez, têm necessidade de crescer suas produções, pois é maior o número de consumidores. O resultado é o impulso do processo criativo, se a procura se multiplica. Avulta o interesse por técnicas que aumentam a produtividade com vistas a crescentes lucros. Os inventos são provocados pela maior procura. Para o empenho pelos inventos conta esse esforço no comércio. Vai verificar-se a chamada Revolução Comercial, em que se distinguem primeiramente ingleses e holandeses: eles ocupam países pequenos e às vezes carentes de recursos. Formam grandes frotas para a movimentação nos mares. Os holandeses no século XVII foram os maiores comerciantes do mundo: seus navios não transportavam produção de seu país – quase não a tinha -, mas os artigos coloniais da Índia e da América, preciosidades do Oriente, metais da Escandinávia. A Holanda criou uma indústria de tecidos e artigos finos, mas sem estrutura sólida.

A Grã-Bretanha obtém maiores êxitos, sobretudo com a política de Cromwell (1599-1658), durante a qual é votado o Ato de Navegação, de 1651, estabelecendo que cabotagem e pesca só podem ser realizadas por navios origem britânicos; produtos de outra origem só trazidos por navios das respectivas nacionalidades ou por navios com três quartos da equipagem e comandante britânicos. A medida teve diversos precursores, além de Ricardo II, aqui citado. A esse Ato seguem-se outros, fortalece-se a marinha do país. Se nos primeiros momentos ele sofre prejuízos, logo adquire vantagens. A base comercial criou a produção. A Holanda, grande prejudicada, protestou, chegando mesmo à guerra, em 1652-54, na qual é naturalmente derrotada. (...).

Ainda no século XVII verifica-se a revolução de 1688, eminentemente religiosa e política, em defesa do protestantismo e das liberdades parlamentares e públicas em geral, contra o absolutismo e a religião do rei. Este é vencido, renuncia e a Coroa passa a Guilherme Orange, como Guilherme III. Por sua origem, estabelece-se de vez a harmonia entre holandeses e ingleses. O rei jura ante o Parlamento a "declaração dos Direitos", documento que completa a *Magna Carta*. Vence a causa liberal, cujo ideólogo e pregador foi John Locke (1632-1704). Impõe-se de vez o parlamentarismo. A "Revolução Gloriosa" teve também caráter econômico: logo após a pacificação é fundado o Banco da Inglaterra – curiosamente o primeiro, quando outros países já tinham diversos, – e constituída a Companhia das Índias, de tanta importância no futuro. Criou-se outra, para disputa, mas as duas se fundiram em 1708. Foi intensa a sua influência, se ajuda a penetração no cobiçado território do Oriente e trás o algodão e os vários tecidos em que a Índia era perita, a começar pelas chamadas indianas. Vêm o chá, as porcelanas da China e outros artigos. Os fabricantes de lã se assustam: mal sabiam que o algodão os venceria no decorrer do século.

Esta é uma das formas do Mercantilismo – o Comercialista, em que os ingleses se distinguiram. Já se disse que o desenvolvimento econômico

no primeiro momento é um processo de expansão de mercados. O agente dinâmico então era o comerciante. Para o país o comércio era fundamental, pois, como diz o expressivo título da obra de Thomas Mun (1571-1641), deve-se buscar *A Riqueza da Inglaterra pelo comércio exterior* (1630, editado em 1664). Graças à primazia tiveram no comércio um dos fatores de grandeza, como também um dos elementos da industrialização. Quando esta se realiza os ingleses são donos dos mares. Demais, se os iberos foram pioneiros das viagens, seguidos por outros, muitas de suas melhores colônias passam para a Grã-Bretanha, como se vê com terras portuguesas, espanholas, holandesas e francesas. A conquista atingirá a plenitude no século XIX, sobretudo na Era Vitoriana. Como os outros países ainda buscam consolidação de suas fisionomias, o poder de quem se instalou com base primeiro é incontrastável.
b) Revolução Agrária. O estudo da Revolução Industrial implica em conhecimento da propriedade fundiária e da produção agrícola, não só pela ocupação da terra por atividades industriais como pelo abastecimento das populações urbanas e das fábricas. Há pois uma relação íntima entre os dois. No estudo do industrialismo é indispensável ter em conta o problema agrário, como propriedade da terra ou produção agrícola.

A Inglaterra é país de grandes propriedades. Tal característica não é antiga, pois durante séculos foi partilhada por inúmeras porções de terra, que se dividiam entre grande parte da população. Era a *yeomanry*, que desapareceu aos poucos até o século XIX. Como ensina Paul Mantoux, "o *yeoman* é essencialmente um camponês-proprietário (...), possuindo o campo no qual vive e que ele mesmo cultiva". É independente. No fim do século XVIII começou a diminuir sua importância. Mantoux informa que mesmo depois da revolução de 1688 eles formavam classe numerosa – cerca de um sexto da população do Reino. Sua decadência começou em meados do Setecentos, mas ainda existiam nos últimos anos. Vão desaparecendo, por acusa dos vizinhos agrícolas maiores que os absorvem, por processos judiciais ou pela compra, ou pela industrialização crescente, que ocupa suas terras. Com certa razão se chamou os homens de negócios de barões salteadores (*robberbarons*).

O relativo da pequena propriedade está ligado ao surgimento da indústria. Ao longo do século XVIII há centenas de atos do Parlamento dividindo em lotes e cercando os campos abertos das terras vagas e comuns. (...). Do princípio até o século XIX milhares de leis do gênero se votaram. Como se vê, há correlação entre as cercas de terras e a indústria. Um dos elementos fundamentaisda história inglesa são essas demarcações ou "leis das cercas" (*enclosureacts*). É um golpe no (...) sistema de campos abertos. Antes comuns, agora tornam-se mais raros. Acontece que com as cercas não se faz uma reforma agrária popular, mas forma-se a grande propriedade. Antes elas existiam, mas não delimitadas; os destituídos de pouso as ocupavam, explorando-as em pequena escala e rudimentarmente ou apenas se deixavam ficar por aí. Os que as usavam assim têm de abandoná-las, em favor dos detentores do título de posse. Não para outros campos, de

onde seriam desalojados também, mas para as cidades, que crescem então. Crescem, de modo arbitrário, abrigando populações que não têm onde morar ou sem habilitação para tarefas urbanas. Vão constituir a farta mão-de-obra disponível, que se sujeita a qualquer salário, vivendo em condições de miséria, promiscuidade, falta de conforto e higiene, em condições sub-humanas. Constituem variantes do que Marx chamou "o exército industrial de reserva". A esses desalojados pelas leis acresce a presença dos imigrantes, notadamente irlandeses, como judeus da Europa Central, que deixam suas bases em busca da paisagem inglesa, na esperança de vida melhor, origem de distúrbios entre eles e os nativos, que percebem nos recém-vindos a concorrência responsável pelo aviltamento dos salários ou desemprego.

A demarcação ou cerca é o começo da situação. Os *enclosureacts* configuram a história da Inglaterra desde o fim do século XVI. Alguns atos anteriores são episódicos. De fato, já no Quinhentos começa a prática, mas em pequena escala. O crescimento é do século XVIII, quando depois da Revolução de 1688 é política oficial. Faziam de terras abertas ou comuns campos fechados, expulsando ocupantes não proprietários, mantendo apenas o número indispensável aos trabalhos.

É preciso lembrar que essas leis, votadas por um Parlamento constituído de gente ligada à propriedade fundiária, têm por objetivo confessado não a formação de latifúndios, mas a melhoria do nível agrícola. Em áreas delimitadas, menores, embora com menos gente, a produção é mais racional e tentável. O crescimento da riqueza mobiliária havia feito que muitas terras trocassem de mãos. Depois, veio a Reforma, com a secularização dos bens da Igreja. Quem dispunha de capital comprou, formando as grandes propriedades. Há queixas generalizadas contra as demarcações, pela miséria que provocam, mas é o fato consumado, que irá crescer, até o século XIX. Com, as cercas, desaparece a lavoura e desenvolve-se a pecuária, sobretudo a criação de ovelhas. Elas fornecem a lã, outros tipos de gado fornecem diferentes riquezas. O resultado é ficar a alimentação cada vez mais difícil, pela queda da lavoura.

Entretanto, a agricultura não fora descurada. Muitos se entregam a seu aperfeiçoamento. (...) Os novos homens viam a agricultura como empresa. Era preciso investir certo, com pouca, mas hábil mão-de-obra, o que exigia as demarcações.

A diferença entre as cercas do século XVI e as do XVIII é que aquelas não tinham força de sansão legal, enquanto estas têm. Para obter a lei é preciso longo processo, consumidor de dinheiro: só os ricos podiam tentá-lo. Eles crescem em propriedades. Os pequenos têm de ceder pela lei ou venda, pois pouco vale a faixa mínima ao lado de um latifúndio trabalhado com ciência e arte. Predomina a pecuária. A Inglaterra, antes exportadora de cereais, tem de comprar de outros países, se sua produção é insuficiente para atender a população cada vez mais numerosa. Não se cogita aqui de julgar as demarcações: do ângulo econômico estrito, claro, foram um êxito; em perspectiva social mais ampla, porém, criaram muitos problemas. Agravaram a pobreza, a miséria, a má situação das cidades;

feias, insalubres, insuficientes para abastecer as populações. O país deixou as plantações pelas pastagens. Pensava-se na indústria, não na agricultura. Na indústria estava o futuro da riqueza.

Devia-se optar, a nação optou, com sacrifício temporário de sua gente. Perdeu a agricultura, no primeiro momento, depois ganhou em racionalidade e produtividade. Ganhou a indústria, com fácil recrutamento de mão-de-obra: se lhe faltava a princípio formação técnica, compensava com a aceitação de pequeno salário. Como diz Mantoux, "formarão a multidão trabalhadora, o povo anônimo das fábricas, o exército da revolução industrial". Antes, dispersos nos campos abertos tinham suas pequenas atividades artesanais ou manufatureiras. Agora, com as demarcações, elas desaparecem e surgem as fábricas. Se os latifúndios podem ter produção agrícola melhor – e tiveram, pela técnica e assistência dos donos -, o mesmo se dá com as fábricas. Elas fazem estrutura industrial sólida, não as antigas iniciativas domésticas, pequenas, mal equipadas e de produção ínfima. Desenvolve-se a economia de mercado: tudo tem de ser adquirido, se não se vive em campos livres, mas em núcleos urbanos. Era mais um golpe no feudalismo. Por certo os *enclosureacts* beneficiaram os poderosos, e, indiretamente, a nação, que vai viver no século XIX o período áureo – é o século do Império Britânico.

Entre o enfraquecimento e o fim da *yeomanry* há uma relação com o industrialismo, como há com os *enclosureacts*. A longo prazo eles beneficiaram a agricultura e permitiram que a indústria inglesa prosperasse. Entre a realidade agrícola e a industrial, há uma relação de mútua dependência, como se procurou evidenciar.

c) Revolução intelectual. Significa mudança de mentalidade, com o abandono da posição tradicional do pensamento, dominante na Antiguidade e na Idade Média, com o desapreço do trabalho manual ou mecânico, da experiência. Cultivava-se o dedutivo, o abstrato. Houve exceções, é claro (...). Na Renascença, com os humanistas, a filosofia torna-se naturalista. E a contar do século XVI multiplicam-se os nomes de filósofos e cientistas, com o culto da natureza, da experiência, da mecânica. (...). Aparecem as associações para estudo da realidade. Ganha impulso o ensino técnico, até aí descurado. Revê-se o culto dogmático da tradição, outrora vivo, com posições de reexame do que fora dito por filósofos vistos como definitivos em tudo. Se antes havia a cabala, a astrologia, a magia, a alquimia, agora há a experiência que dá sentido científico ao estudo e às inquietações. A técnica, em suas feições mecânicas, passa a ser considerada. Surge a ciência moderna, antidogmática, fundada no experimentalismo. Essa mudança de mentalidade representa transformação intelectual e cria o clima de crítica sistemática. Entre os muitos de seus efeitos assinale-se o interesse pela indústria, para a qual a nova maneira de ver (de raízes na Antiguidade, como se mostrou no lugar próprio) contribuiu decisivamente". (Iglésias, 1984, p. 70/83).

RUMO A UM MUNDO INDUSTRIALIZADO

"Até meados do século XIX, a Inglaterra era a única sociedade efetivamente industrializada. Consequentemente, dominava o mundo, o que demonstrou em 1851, com a grande Exposição do Palácio de Cristal de Londres, a primeira exibição das realizações industriais da época das máquinas.

Mas havia competidores. A França, por exemplo, quatro anos depois da exposição inglesa, exibiu, no Palácio da Indústria, a sua "galeria de máquinas", guardada por quatro locomotivas com estatura de esfinge. E os Estados Unidos e a Alemanha já apontavam para o rápido avanço industrial, seguidos pela Bélgica.

Embora houvesse competidores, a Inglaterra continuava sendo considerada a única "oficina mecânica do mundo". Talvez nunca tivesse sido a única, mas as efetivas transformações industriais do mundo ainda eram modestas, o que justificava a expressão.

Na base desta justificativa estava a premência rural que não fora suprimida. Somente na Grã-Bretanha havia acontecido o rompimento definitivo entre a fortuna territorial (*landedinterest*) e a fortuna mobiliária (*moneyedinterest*). Na França, o solo ainda representava mais de três quintos da riqueza nacional, proporção que era ultrapassada na maioria dos Estados do continente. A agricultura, com exceçãoInglaterra, permanecia tradicional e rotineira. Significa que, na maior parte do mundo, as depressões econômicas estavam ainda sujeitas a movimentos caprichosos das boas ou más colheitas, à insuficiência e morosidade dos meios de transportes, com a maioria da população vivendo do trabalho da terra. Basta observar que, em 1840, somente uma cidade possuía mais de um milhão de habitantes: Londres. As grandes cidades, com mais de 100 000 habitantes, quase não eram industrializadas, embora mantivessem uma vasta população de trabalhadores e artesãos para servir às necessidades de consumo, transporte e serviço. E o típico centro industrial, com exceção de algumas cidades inglesas e americanas, era ainda uma cidade pequena.

AVANÇO DA INDÚSTRIA EUROPEIA E AMERICANA

A revolução industrial francesa foi muito prejudicada com as perdas territoriais e financeiras sofridas com a derrota napoleônica, o que contribuiu para o desaparecimento de máquinas têxteis de algodão e metalúrgicas modernas, além de sofrer com a falta de mão-de-obra especializada. Assim, ela só começou a tomar impulso a partir de 1825. O que é até estranho, considerando não só as condições para o desenvolvimento capitalista liberal, criadas com a Revolução Francesa, como também o avanço da sua ciência e tecnologia, sem falar no caráter inventivo dos seus financistas.

Mas, a abolição do feudalismo, a criação de um banco central e de um código comercial, a introdução do sistema métrico foram conquistas efetivas da Revolução

Francesa e das reformas napoleônicas. E os avanços da ciência trouxeram grandes realizações técnicas (fotografia, processo de fabricação da soda, galvanoplastia, etc.). Os franceses foram também os primeiros a desenvolver as grandes lojas de departamento, ou melhor, "toda uma rua de comércio num único local", onde a clientela encontrava concentrado o conteúdo de dezenas de lojas comerciais. Algo assim como a concentração da produção nas grandes fábricas, ou como a concentração dos capitais nos grandes bancos, esta última, aliás, uma ideia desenvolvida como projeto pelos imaginativos irmãos Pereira. Esta ideia eles mesmos explicitaram ao governo francês como um "escritório de empréstimo onde a indústria poderá pedir emprestado a todos os capitalistas, por intermédio dos banqueiros mais ricos atuando como fiadores".

A aceleração do desenvolvimento industrial francês só ocorreu no reinado de Napoleão III (1852-1870), que se esforçou em canalizar as energias para as realizações econômicas e prestígio da nação no exterior.

Já na Alemanha, o processo industrial foi retardado, basicamente, devido à predominância do trabalho manual e à persistência das pequenas oficinas.

Até 1850, o sistema de guilda sainda teimava em subsistir, as máquinas eram escassas, e o Estado não estava centralizado. Na verdade, a Alemanha estava dividida em trinta e nove estados diferentes, cada um com seus controles e interesses estabelecidos.

A primeira explosão industrial foi experimentada na região de Ruhr, após a unificação das alfândegas (*Zollverein*) e a construção das estradas de ferro. Entretanto, a legislação que legalizou a liberdade industrial é de 1868, isto é, só então os trabalhadores tiveram liberdade para oferecer sua mão-de-obra no mercado.

A Itália, no início do século, como a Alemanha, estava dividida em vários estados, alguns sob governo estrangeiro. Mais do que tudo, pesava o fato de que na região italiana faltavam as fontes de cravão e de minério de ferro, necessárias para um país se tornar industrializado no século XIX. O caminho para a industrialização italiana só foi aberto após os esforços de Cavour (1810-1861), ministro do rei Emanuel, do Piemonte. Ele procurou expandir economicamente a região da Sardenha e lutou pela unificação política do país, fato acontecido em 1870.

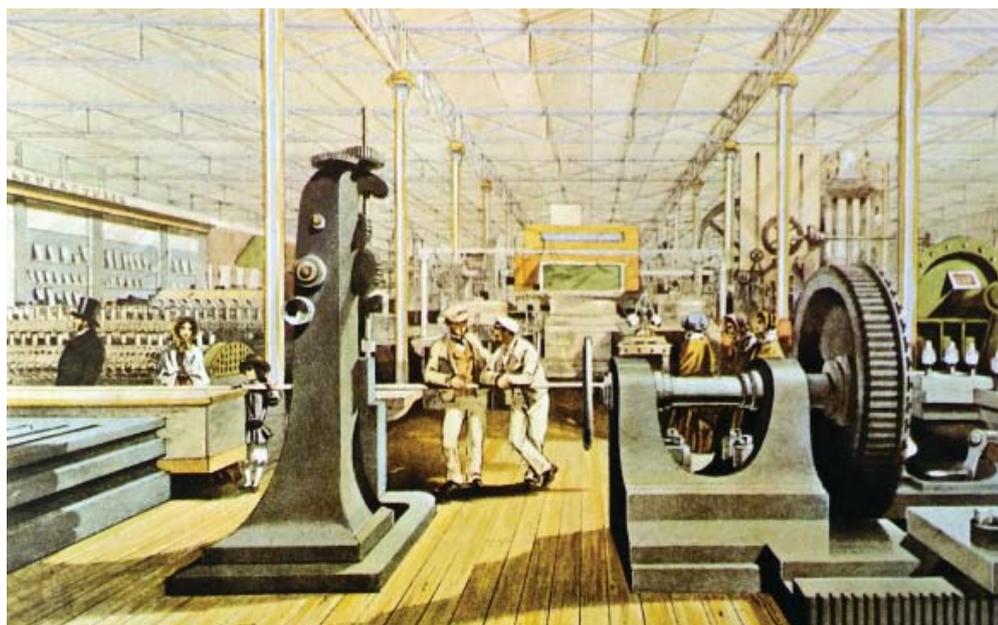
Diferente foi o caso dos Estados Unidos, onde, desde a independência, uma indústria começou a ser criada (Nova Inglaterra), protegida da concorrência inglesa por uma tarifa protecionista. Mas sofria escassez de capital, de mão-de-obra e de homens com qualificações técnicas. Tudo isto precisava ser importado da Inglaterra. Estas importações foram feitas por engenheiros americanos interessados em aproveitar as técnicas e as habilidades inglesas para criarem máquinas simplificadoras da necessidade de mão-de-obra. Foram bastante inventivos nisso: inventaram o navio a vapor (1807-1813), a máquina de fazer parafusos (1809), a dentadura postiça (1822), o fio encapado (1827-31), a máquina de costura (1843), a máquina de escrever e uma série de máquinas agrícolas.

Por outro lado, a nova república implantada, com uma constituição em vigor desde 1789, incitou a acumulação e a iniciativa privada. Como

resultado, nenhuma economia se expandiu mais rapidamente neste período. Na década de 1860, os Estados Unidos já eram considerados os mais sérios competidores dos ingleses. Alcançaram isto na década seguinte.

Em todos estes países o que chama a atenção é o fato de o governo ter desempenhado um papel muito importante durante o processo de desenvolvimento industrial, diferente do que aconteceu na Grã-Bretanha.

Na Grã-Bretanha, a industrialização ocorreu espontaneamente das revoluções industriais que se sucederam. Como vimos neste livro, a revolução industrial inglesa sofreu uma lenta preparação de cerca de duzentos anos, sem qualquer escassez de quaisquer dos fatores de produção: a nova tecnologia foi introduzida num país que possuía recursos de trabalho, terra e capital em reserva. E mais, sem obstáculos institucionais para o pleno desenvolvimento capitalista. O mesmo não aconteceu em outros países, onde havia uma nítida escassez de capital e dificuldades institucionais as mais diversas. Obviamente, em tais circunstâncias, o desenvolvimento industrial tinha que funcionar de modo diferente do inglês. Basta observar os sistemas ferroviários. Todos foram planejados pelos governos. A Inglaterra foi o único país com sistema ferroviário totalmente construído por empresas particulares, e com um governo que deixou o desenvolvimento econômico entregue ao livre jogo da empresa privada.

Neste sentido, os industriais pioneiros britânicos enfrentaram problemas bem mais difíceis que seus rivais em crescimento rápido, com governos dispostos a assistir ao processo industrial. Mais do que tudo, a Inglaterra, como pioneira, não gozou das vantagens da imitação de técnicas e de importação de capitais e habilidades. O avanço industrial dos países da Europa e dos Estados Unidos foi beneficiado pela inundação de especialistas, máquinas a vapor e investimentos britânicos. Daí a expressão "Inglaterra, oficina do mundo" ser de uso corrente no início do século.

"As novas e modernas indústrias transformam a Inglaterra no século XIX" (*Grandes Personagens da História Universal*, vol. IV, 1972, p. 1007).

UM MUNDO EM MUDANÇAS

Embora as efetivas transformações industriais fossem pequenas fora da Grã-Bretanha, no início do século XIX o mundo estava sofrendo alterações fundamentais, como resultado da industrialização. E num ritmo de mudança social e econômica visivelmente acelerado.

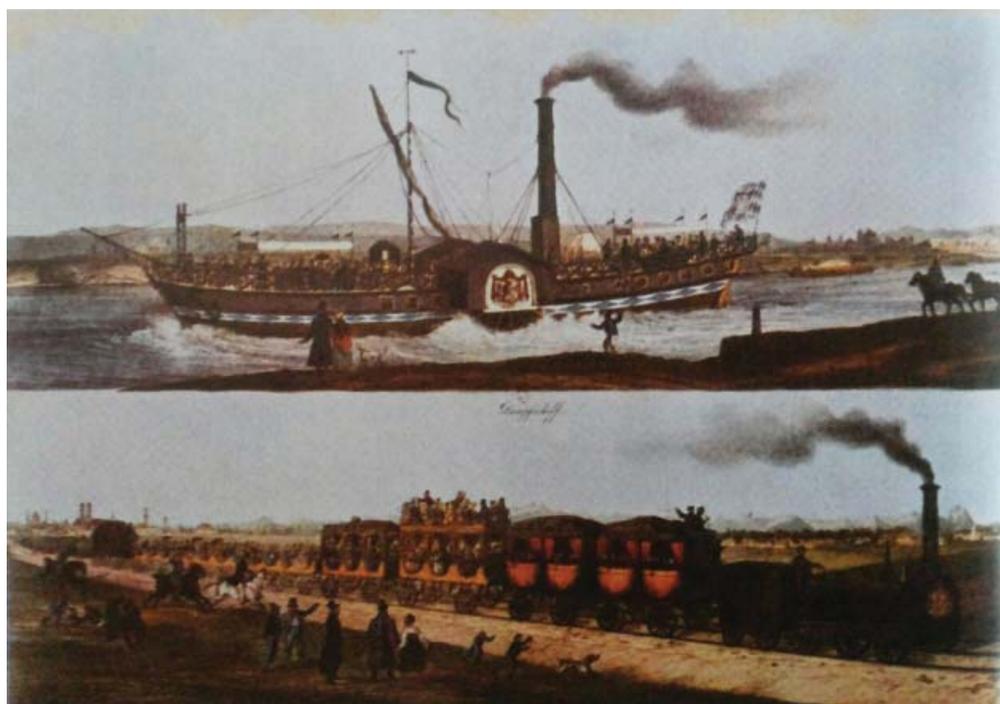
AUMENTO DA POPULAÇÃO

A primeira dessas mudanças foi demográfica. O número de seres humanos aumentou muito: o seu total calculado em 600 milhões por volta de 1750, elevou-se a perto de 1,200 milhão em 1850. A Inglaterra quase triplicou sua população neste período. Com exceção da Espanha e de Portugal, a população dos demais países europeus quase duplicou. Assim, o índice de crescimento populacional europeu venceu o da Ásia, enquanto a população africana permaneceu estacionária e a da América Latina cresceu relativamente pouco. Mas o índice de progressão mais elevado foi o da América do Norte. (...)

Este extraordinário e rápido aumento da população nunca havia sido registrado antes, e por isso chegou até a criar fantasmas de destruição da humanidade. Um temor que foi traduzido na fórmula do economista inglês Robert Malthus (1765-1834) da seguinte maneira: a população aumenta em progressão geométrica e os meios de subsistência em progressão aritmética.

Evidentemente, o progresso da ciência desmentiu o crescimento aritmético dos meios de subsistência, ainda mais considerando que a rápida e tremenda ascensão da curva demográfica foi resultado da revolução econômica. Sem ela este assustador aumento populacional não poderia ter se mantido por tanto tempo, como aconteceu em épocas anteriores. A partir do final do século XVII, houve aumento dos seres humanos, mas houve também aumento da produção e da produtividade. Consequentemente, houve mais trabalho, mais consumidores, expansão dos mercados, das comunicações e ampliação dos horizontes tecnológicos. A partir da segunda metade do século XIX, graças aos novos conhecimentos químicos, a produção maciça de adubo como fertilizante artificial provocou uma revolução na agricultura. Novos métodos de conservação dos alimentos, baseados nos princípios de esterilização, tornaram possível a conservação dos alimentos e o fornecimento de mercadorias baratas e estáveis à crescente população mundial. A indústria de alimentos enlatados, auxiliada por um novo processo de estanhagem de lata, também contribuiu, entre outros fatores, para o fornecimento de alimentos para as populações industriais, Uma relação complexa de causa e efeito moldando duas tendências: população de um lado e produção do outro.

Assim, a mortalidade caiu, apesar da adversidade do trabalho industrial, realizado em locais úmidos e perigosos; o trabalho bruto exercido por mulheres e crianças e os horrores da incontrolável urbanização com as péssimas condições

de habitação. Pois é preciso não esquecer duas coisas: 1) no momento exato em que os pobres se afligiam diante de seus recursos materiais esgotados, outras classes não tinham onde colocar mais dinheiro, consumindo e investindo até não mais poder, o que estimulou ainda mais a economia; 2) os trabalhadores não se conformaram com a situação a que ficaram relegados no início do processo industrial, e lutaram por melhores condições de trabalho e pela organização em defesa dos seus interesses. As associações operárias e os movimentos socialistas constituíram o primeiro ensaio desta luta operária por uma reforma ou revolução. Luta que praticamente não cessou até 1870. E que mais não fosse, contribuiu para que os Estados desenvolvessem a consciência previdenciária e assistencialista.

"Barco e trem movidos a vapor, século XIX" (Grandes Personagens da História Universal, vol. IV, 1972, p. 778).

CRESCIMENTO DAS COMUNICAÇÕES

A segunda maior mudança foi nas comunicações. Na verdade, empolgantes.

Em meados do século XIX, os sistemas ferroviários já tinham uma importância enorme na Inglaterra, Estados Unidos, Bélgica, França e Alemanha. Uniam campos e cidades, regiões pobres e ricas, facilitavam as viagens, os transportes regulares de produtos pesados a longa distância, além de fornecerem alimentos baratos para as crescentes populações industriais, evitando a escassez de alimentos e a fome causadas por catástrofes localizadas.

Mas no desenvolvimento das comunicações é preciso dar relevo também aos esforços de organização rodoviária, iniciados na primeira metade do século XIX. Neste período, a rede francesa de 33 000 km, estendeu-se para a Alemanha, Suíça, e Itália do Norte com técnicas transformadoras. O tempo das viagens das diligências foi rapidamente reduzido e a mala postal, que realizava o transporte de cartas, tornou-se mais ligeira, levando o famoso escritor francês Victor Hugo a exclamar: "corre-se como o vento". Basta observar que o número de cartas anualmente despachadas na França subiu de 64 para 94 milhões.

Devido ao alto preço do transporte terrestre das mercadorias pesadas, a via navegável também foi obrigada a se desenvolver. E de forma assombrosa. Os ingleses foram, naturalmente, os primeiros a construir um sistema de canais ligando os centros industriais; os franceses construíram duas milhas deles entre 1800 e 1870, com navios a vapor unindo os dois países desde 1822. Os Estados Unidos completaram os seus grandes cursos d'água por meio de canais já em 1832. Neles, a frota de navios a vapor existente competia com a inglesa.

A febre das vias fluviais foi suplantada, na segunda metade do século XIX, pelo prestígio das estradas de ferro com suas locomotivas, "touro de fogo que fumega, resfolega e muge", no dizer do poeta Vigny. Para tanto, influiu, antes de tudo, a eficiência administrativa do sistema ferroviário.

As comunicações acabaram por perder a morosidade com a invenção do telégrafo. Em 1858, a rede telegráfica de sinais de Morse já possuía 160 000 km de fios estendidos e, nesse ano, nove milhões de telegramas foram expedidos só na Europa.

Comunicar-se através dos oceanos, sem escalas, utilizando vapor, foi uma façanha realizada em 1838. E muitos não acreditavam nesta possibilidade (...). Mesmo assim, um navio de nome *GrestWestem*, combinando vapor e vela, permaneceu no mar, sem escalas, durante traze dias e meio, na rota Liverpool-Nova York.

Mas o navio a vapor só superou o veleiro na segunda metade do século XIX. Até então ele era considerado um "mau marinheiro", na expressão de um contemporâneo. Sua pesada máquina custava caro e exigia um pessoal especializado. Por isso, o vapor só era auxiliar da vela, um fator de regularidade mais do que de rapidez.

A situação mudou com os progressos da metalurgia do aço. Os navios tornaram-se mais baratos e mais seguros, as caldeiras melhoraram seus rendimentos e também sua resistência a pressões externas. As grandes Companhias de Navegação, já existentes em Londres e Hamburgo desde 1848, puderam assim desenvolver-se na década de 60, com linhas regulares que iam do Extremo Oriente às Américas, transportando produção, homens e capitais. E notícias também.

A invenção inglesa do carimbo postal e a simplificação das tarifas substituiu o antigo sistema de pagamento da carta a um destinatário no

porto. E ficou para trás aquele tempo em que uma carta para o outro lado do mar era confiada ao capitão de um navio quando ele fosse partir.

Mas as notícias mais recentes passaram a estar contidas nos jornais diários, desde que os repórteres puderam enviar despachos telegráficos para o mundo inteiro. E Londres tornou-se o centro mundial de informação (...).

Bem mais baratos com a possibilidade da venda de publicidade, com o aumento da tiragem devido à imprensa rotativa, os jornais passaram a dar ao comum dos homens da Europa ocidental e dos Estados Unidos informações mais amplas e mais variadas. Neste mundo industrializado que nascia, o analfabeto tornou-se desadaptado. Este mundo vai exigir a escola primária como uma necessidade da universalização do saber ler, escrever e contar,

DESENVOLVIMENTO DO CIRCUITO MUNDIAL DAS TROCAS E AS EMIGRAÇÕES

A terceira grande mudança foi no volume do comércio e da emigração. Segundo o historiador Hobsbawn, o movimento de homens e mercadorias, no início do século, "já tinha o ímpeto e um deslizamento de terras". E esta imagem é mesmo perfeita para ilustrar o movimento dos homens e do comércio no mundo.

Começando com o movimento dos seres humanos: perto de cinco milhões de pessoas deixaram a Europa neste período, no intuito e de se estabelecerem em outros continentes. Este número subiu a 22 milhões no período de 1850 a 1880. A maior parte procurou moradia nos Estados Unidos.

Mas a corrente migratória se tornou maior também dentro dos países, permitindo a adaptação da oferta no mercado de trabelho favorecendo, no conjunto, a concentração urbana e, mais particularmente, os focos da grande indústria e do comércio ativo.

Uma diáspora que assombrou os contemporâneos e que teria sido totalmente impossível nos séculos anteriores. Outrora, o mercantilismo julgava a partida de trabalhadores totalmente prejudicial à economia, pois eles eram considerados bens nacionais que deveriam ser conservados. A liberdade para emigrar só foi concedida diante do crescimento demográfico, da impossibilidade de as cidades acolherem todos os expulsos do campo e das facilidades criadas com a baixa do custo dos transportes. Foram estes fatores conjuntos que contribuíram para avalanche de proletários. (...).

Crescimento contínuo da população, da produção, do consumo e dos capitais, extensão das redes de estrada de ferro, introdução de linhas regulares de grandes barcos a vapor, abertura de canais de ideias, tudo isto conferiu ao tempo um valor novo. Os homens tornaram-se mais vivos e mais apressados. Era preciso vender aos estrangeiros e necessário comprar com uma rapidez cada vez mais possível. O que levou ao grande

desenvolvimento do comércio internacional. Na verdade, o século XIX assistiu à quebra dos últimos elos da corrente que impedia a livre circulação de mercadorias. A velha diplomacia das fronteiras, em 1860, foi substituída pelos tratados de comércio, que rebaixaram as barreiras alfandegárias para intensificar as trocas.

O tráfico entre as nações elevou-se de dois milhões e meio de mercadorias por volta de 1800 para 27 milhões em 1850. E isto estava além do que qualquer pessoa, por mais louca que fosse, pudesse imaginar em épocas anteriores. Um mundo tendendo a se tornar um único e grandioso conjunto econômico, subordinado ao capitalismo europeu.

A Grã-Bretanha, desfrutando de uma incontestável preeminência financeira, comercial e técnica, criou ocaracterístico e peculiar de relações internacionais. Foi ela, centrada em Londres, com seus amplos ancoradouros cobertos, seus vastos armazéns e cais, seus ricos bancos metropolitanos, seus contatos mercantis de âmbito mundial unificado, através da divisão internacional do trabalho. Em outras palavras, transformação do mundo num conjunto de economias dependentes da inglesa e a ela complementares: cada uma delas trocaria os produtos primários correspondentes à sua situação geográfica pelas manufaturas da "oficina do mundo".

Mas a Grã-Bretanha não era a única economia em industrialização. Neste sentido, as economias desenvolvidas tornaram-se parceiras comerciais, na realidade reciprocamente clientes. Ao mesmo tempo, estas economias exigiram das demais que se convertessem em provedoras de matérias-primas. Pois os vencedores sempre se apoiam brutalmente nos ombros dos outros, como já disse um historiador francês. Para Fernand Braudel, as vítimas são sempre necessárias neste tipo de processo onde as circunstâncias favorecem singularmente determinados indivíduos, grupos ou nações.

Assim, já em meados do século XIX podia-se vislumbrar uma parte do mundo saltando a dianteira do poderio industrial, enquanto outra ficava para trás. Os não-industrializados "naturalmente" passaram a restringir-se à produção de alimentos e talvez minérios, trocando estas mercadorias por manufaturas britânicas ou de outros países da Europa Ocidental. Poucos, como os Estados Unidos, tiveram condições políticas para rejeitar esta situação.

A divisão do mundo entre países "adiantados" e "subdesenvolvidos", como sabemos por vivê-la ainda, foi o mais profundo e duradouro efeito econômico da Revolução Industrial, determinando a história do século XX". (Canêdo, 1986, p. 61/73).

"As transformações econômicas que caracterizam o advento do capitalismo, embora compreendam basicamente a Revolução Industrial, ultrapassam esse âmbito estrito, pois abrangem, na verdade, toda a atividade econômica do mundo ocidental em vias de transformação e por outro lado, como depois veremos, envolve também a outra face desse processo de desenvolvimento de uma parcela do globo, isto é, abrange também a questão das origens do subdesenvolvimento.
A fim de facilitar a compreensão do estudo da evolução das sociedades capitalistas desde suas origens, podemos estabelecer duas etapas principais: a primeira, de 1760/80, pode ser considerada a fase de formação, isto é, a época em que se opera o conjunto de transformações que assinalam o estabelecimento de uma nova sociedade – a sociedade capitalista burguesa. Esta é também a era do "capitalismo industrial", ou ainda do liberalismo econômico, conforme o tipo de denominação que preferirmos; a segunda, de 1870 a 1914, compreende a fase de expansão do capitalismo, que atinge então a sua "maturidade", caracterizando-se pela concentração capitalista e pela sua expansão mundial em termos de imperialismo, cujo resultado mais importante foi a partilha do mundo entre as grandes potências capitalistas (...).

O PERÍODO DE FORMAÇÃO DO CAPITALISMO

a) Para entendermos com mais precisão o problema aqui proposto – as origens do capitalismo, ou seja, o seu advento é preciso notar que o que tomamos aqui, inicialmente, como o modo de produção que se desenvolve na Europa Ocidental a partir da desintegração e consequente superação progressiva do modo de produção feudal, a qual se processou no decurso de vários séculos, é constitutivo da chamada "época pré-capitalista". Assinala-se nesse modo de produção, que agora adquire proporções de predomínio cada vez maior, a separação entre a propriedade dos meios de produção e a força de trabalho. De um lado, os capitalistas, ou seja, donos do capital e consequentemente dos meios de produção; de outro lado, os assalariados, donos da força de trabalho. Estes, para poderem garantir a sua sobrevivência, são levados a colocar-se à disposição dos primeiros, em troca de salário. Esta mão-de-obra irá constituir, assim, o proletariado, em oposição à burguesia que se identifica com o primeiro grupo. Os dois constituirão os polos da estrutura social capitalista.
Ao modo de produção capitalista corresponde, por sua vez, toda uma série de aspectos que se compõem de formações econômico-sociais capitalistas cujas estruturas, em seus vários níveis, o econômico, o político e o ideológico, irão apresentar também características novas, bem distintas dos aspectos correspondentes relativos à formação econômica e social

anterior, quer a consideremos feudal ou aaceitemos como de "transição". É o funcionamento do modo de produção capitalista que faz com que se acumule em mãos dos proprietários dos meios de produção uma boa parcela de trabalho, ou melhor, dos resultados do trabalho executado pelos assalariados, uma vez que os salários recebidos correspondem a apenas uma parte do valor que ele realmente cria ou acrescenta às mercadorias, a chamada "mais-valia". Ainda que se negue esta última, é bastante evidente que o trabalho, ao se exercer, criando ou transformando, incorpora ao que produz certo valor e que este, mesmo que erroneamente seja reduzido à ideia de lucro do empresário, é bem maior do que a paga que o trabalhador recebe sob a forma de salário em troca da incorporação de tal valor à mercadoria. (...)

a.2 Para compreendermos como existe o capitalismo é preciso admitir uma época anterior a essa existência, pré-capitalista, portanto, desde que não desejemos engrossar as fileiras daqueles que simplesmente escamoteiam tal problema, pressupondo, assim, que o capitalismo sempre tenha existido. Com exceção de tal visão, cujo caráter ideológico é evidente, é fácil verificar que o capitalismo corresponde a um estágio da evolução histórica, sendo necessário, portanto, esclarecer de que maneira ele surgiu, quando e onde isso se operou. Isso nos leva agora a examinar o meio pelo qual se criaram as condições para o aparecimento do sistema capitalista. Retomando a caracterização que fizemos do sistema, é fácil depreender que o aparecimento do modo de produção capitalista implica a convergência de duas ordens de transformações, cada uma delas responsável pela concretização de um daqueles fatores: 1ª) a acumulação de capital; 2ª) a liberação de mão-de-obra.

A acumulação de capital resultou de um longo e diversificado processo de concentração de riqueza e de expropriação de muitos em benefício de uns poucos. Tal acumulação pré-capitalista ou "primitiva" realizou-se, o mais das vezes, em íntima conexão com a expropriação agrária da qual resultou a liberação de uma numerosa mão-de-obra rural. São fenômenos simultâneos, aspectos ou faces de um mesmo processo sócio-econômico. Seu exemplo mais típico é constituído pelo cercamento dos campos, na Inglaterra do século XVI em diante.

Paralelamente a essas duas ordens de transformações convém ressaltar a importância crescente de um terceiro tipo de fenômeno, qual seja a tendência a uma crescente divisão e especialização do trabalho, essencial como criadora da possibilidade mesma de introdução da máquina no processo produtivo industrial, fato que irá ser uma das principais características da Revolução Industrial. Era preciso uma extrema divisão do trabalho a fim de que as máquinas dos primeiros tempos, muito simples, pudessem ter condições de integração no

processo de produção. O empresário capitalista nos primeiros tempos da industrialização busca aumentar ao máximo a produtividade da mão-de-obra, fazendo multiplicar, assim, a vantagem que obtém com os baixos salários pagos à mesma. Economizando mão-de-obra, ou melhor, multiplicando a capacidade da mão-de-obra existente, com um dispêndio reduzido, já que não seria possível reduzir ainda mais os salários, o empresário vê na máquina a solução para seu dilema.
Com o início da produção capitalista, desencadeia-se a partir daí um processo de crescimento e logo a seguir de desenvolvimento econômico auto-sustentado. Configura-se então, no panorama mundial como um todo, a constituição de algumas poucas áreas que tendem a funcionar como polos de desenvolvimento, contrapondo-se a outras áreas, numerosas, periféricas, coloniais ou não, que se situam em relação às primeiras numa situação de crescente dependência. Tais áreas coloniais subordinam-se economicamente às primeiras de tal modo que, ao longo do processo de expansão capitalista, elas irão assumir mais e mais o papel de regiões subdesenvolvidas. O subdesenvolvimento aparece, assim, como algo estreitamente vinculado historicamente ao desenvolvimento de uma parte do mundo". (Falcon e Moura, 1985,

CONCLUSÃO

"O conceito de Revolução Industrial, embora menos abrangente que o de advento do capitalismo, para muitos assinala de fato o início da produção capitalista.

No conceito de Revolução Industrial coexistem na verdade duas ideias básicas: a primeira é a que aplica tal denominação como sinônimo de todo e qualquer processo de industrialização mais ou menos acelerado, subdividindo-a, em termos concretos, em tantas "revoluções industriais" quantos são os "casos nacionais existentes (Revolução Industrial inglesa, alemã, japonesa, soviética etc.). Nesse sentido, portanto, Revolução *Industrialé* sinônimo de industrialização em geral.

A segunda é o conceito histórico preciso, segundo o qual a Revolução Industrial corresponde a um "fato"ou acontecimento cronológica e geograficamente determinado. Neste caso, ela é sinônimo das transformações ocorridas na Europa Ocidental durante a última parte do século XVIII e a primeira do XIX, caracterizadas pelo aparecimento do capitalismo industrial em alguns países, sendo o aspecto mais notável dessas transformações, sem dúvida alguma, o aparecimento da máquina ou o advento do maquinismo no processo da produção industrial" (Falcon e Moura, 1985, p. 31/32)

RESUMO

Dos textos aqui reproduzidos como matéria de estudo resulta um breve panorama da Revolução Industrial. Eles contemplam desde o progresso técnico às condições e aos efeitos econômicos e sociais do desenvolvimento industrial. Analisam a primazia inglesa do uso das máquinas no processo produtivo, mas tratam também do avanço da indústria para outros países, abordando, por fim, a relação entre a Revolução Industrial e o desenvolvimento do capitalismo.

ATIVIDADES

1. Quais fatores contribuíram para o pioneirismo industrial inglês?
2. Faça um resumo do texto *Rumo a um mundo industrializado*, de Letícia Canêdo.
3. Escreva um pequeno texto tratando da relação entre a indústria e o modo de produção capitalista. Consulte obras indicadas nas referências ou outras de que disponham.

PRÓXIMA AULA

O Império Napoleônico constitui o assunto a ser abordado na próxima aula.

REFERÊNCIAS

ASHTON, T. S. **A Revolução Indust**rial 1760-1830. Tradução de Jorge de Macedo. Lisboa: Publicações Europa-América. (Coleção SABER).

CANÊDO, Letícia Bicalho. **A Revolução Industrial:** tradição e ruptura: adaptação da economia e da sociedade: rumo a um mundo industrializado. São Paulo: Atual; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1986. (Discutindo a História).

COSTA, Luís César Amad e MELLO, Leonel Itaussu A. **História Geral e do Brasil:** Da pré-história ao séculoXXI. São Paulo: Scipione, 2008.

DOBB, Maurice. **A Evolução do Capitalismo.** Tradução de Manuel do Rêgo Braga. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.

FALCON, Francisco e MOURA, Gerson. **A formação do mundo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Campus, 1985. (Contribuições em Ciências Sociais; 9).

Grandes Personagens da História Universal. Vol. IV. São Paulo: Abril Cultural, 1972

HOBSBAWN, Eric J. **A Era do Capital:** 1848-1875. Tradução de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

------------------------ **A Era das Revoluções:** 1789-1848. Tradução de Maria Tereza Lopes e MarcosPenchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

------------------------ **Os Trabalhadores:** Estudos sobre a história do operariado. Tradução de Mariana Leão T. V. de Medeiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HUNT, Lynn. Revolução Francesa e vida privada. In. PERROT, Michelle (org.). **História da vida privada.** Vol.4- Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

IGLÉSIAS, Francisco. **A Revolução Industrial.** São Paulo: Brasiliense, 1984. (Tudo é História).

MARQUES, Adhemar, BERUTTI, Flávio e FARIA, Ricardo. **História Contemporânea através de textos.** São Paulo: Contexto, 1990. (Textos e documentos).